

Sara Pereira

De: Comissão 9ª - CS XII
Enviado: quarta-feira, 8 de Abril de 2015 15:06
Para: Iniciativa legislativa
Cc: DRAA 2ª Série Publicação; Luísa Veiga Simão; Rosa Nunes
Assunto: PJRs n.ºs 1384/XII (4.ª) BE e 1388/XII (4.ª) PCP - Informação (PARA VOTAÇÃO)
Anexos: Inf.PJR 1384 BE e 1388 PCP 4.ª.doc; Inf.PJR 1384 BE e 1388 PCP 4.ª.pdf

Encarrega-me o Senhor Vice-Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Couto dos Santos, de enviar a Informação em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

Sara Santos Pereira

*Técnica de Apoio Parlamentar
Comissão de Saúde
Telefone: 213919304 | Ext.: 11304*





Comissão Parlamentar de Saúde

Informação

Projetos de Resolução n.ºs 1384/XII (4.ª) e
1388/XII (4.ª) PCP

Discussão ocorrida nos
termos do artigo 128.º n.º1
do RAR, em reunião da
Comissão de 1-4-2015

- Recomenda ao Governo a manutenção da gestão pública do Hospital de Santo Tirso
- Pela manutenção do Hospital de Santo Tirso sob gestão pública



Comissão Parlamentar de Saúde

1. Os Deputados do Grupo Parlamentar do BE e do PCP tomaram a iniciativa de apresentar, respetivamente, os Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 1384/XII (4.ª) e 1388/XII (4.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

2. A primeira das iniciativas deu entrada na Assembleia da República a 20 de março, foi admitida a 25 de março, baixando nessa data à Comissão de Saúde. A segunda deu entrada a 27 de março e foi admitida a 31 de março, data em que baixou à Comissão de Saúde.

3. A discussão conjunta dos Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 1384/XII (4.ª) BE e 1388/XII (4.ª) PCP ocorreu nos seguintes termos:

A Deputada Helena Pinto apresentou o Projeto de Resolução que «*Recomenda ao Governo a manutenção da gestão pública do Hospital de Santo Tirso*», invocando que tem vindo a ser anunciada pelo Governo a intenção de devolver hospitais às Misericórdias, tendo o BE questionado por várias vezes o Ministro da Saúde sobre as rendas que lhes são pagas pelo Estado, sem que tenha obtido resposta. Além do mais esta entrega irá prejudicar as populações no que toca à prestação pública de cuidados de saúde. Assim, propõe o BE que seja recomendado ao Governo que o Hospital continue com gestão pública, mantendo as valências e serviços, que seja reaberto o serviço de urgência e contratados os profissionais necessários, que o hospital seja integrado na Rede de Referência Hospitalar de Urgência e Emergência e dotado de meios financeiros.

Seguiu-se a apresentação do Projeto de Resolução n.º 1388/XII 4.ª do PCP, «*Pela manutenção do Hospital de Santo Tirso sob gestão pública*», pela Deputada Diana Ferreira, que referiu que a entrega da gestão do Hospital à Misericórdia se insere numa estratégia do Governo de desmantelamento do SNS, que a redução de custos que está prevista terá implicações na qualidade dos serviços prestados, não salvaguardando os postos de trabalho dos profissionais. Assim, o PCP propõe que se recomende que a gestão do hospital se mantenha pública e que continue a dispor das mesmas valências, revogando-se o acordo estabelecido com a Misericórdia, que se inicie o processo para a construção de novas instalações e que se dote o Hospital de todos os profissionais necessários.

A Deputada Luisa Salgueiro disse que o PS manifesta preocupação com o anúncio de devolução da gestão do Hospital à Misericórdia. Não tem reserva de princípio quanto aos acordos com o setor



Comissão Parlamentar de Saúde

social e cooperativo, mas entende que têm de ser cumpridos, cumulativamente, três requisitos: que se garanta a inexistência de cortes mantendo-se os serviços prestados à comunidade, que se mantenham também os profissionais necessários à sua realização e que haja concordância das entidades e autarquias envolvidas. Sabe que não foi dado conhecimento formal à Câmara de Santo Tirso e portanto deseja que o processo siga de uma forma correta, com o envolvimento dos parceiros locais e dos serviços.

A Deputada Andreia Neto salientou que, face ao que é dito no PJR, é notório que o PCP não conhece a realidade de Santo Tirso e que tem acompanhado esta questão desde o início, sabendo que as negociações entre a tutela e as Misericórdias estão a correr muito bem. Pensa que as preocupações de todos os GPs são também as do PSD, mas não alimenta discursos populistas, nem contribui para o alarme das populações. Confia que o futuro do Hospital ficará assegurado com esta transferência de gestão, havendo preconceitos sociais, por parte de alguns partidos, no que respeita ao papel desempenhado pelas Misericórdias. Considera que a devolução do Hospital não irá implicar redução dos cuidados prestados, poderão até ser reforçadas valências.

A Deputada Helena Pinto questionou a Deputada Andreia Neto sobre se conhecia o montante de rendas pagas pelo Estado à Misericórdia de Santo Tirso, tendo a Deputada respondido que não esteve presente em todas as reuniões.

O Deputado Paulo Almeida lamentou que os partidos de esquerda repitam este tipo de PJR a propósito de cada hospital, revelando uma posição de princípio que é contra a gestão de hospitais pelas Misericórdias. Só no final do processo se poderá avaliar se os cuidados de saúde vão ou não melhorar, sendo que os cortes não significam menos eficácia ou que se ponham em causa os direitos dos utentes.

A Deputada Luisa Salgueiro disse não acompanhar a Deputada Andreia Neto, discordando de que tenha podido acompanhar este assunto de uma forma que não esteve ao alcance dos outros GPs.

O Deputado Miguel Santos discordou da Deputada Luisa Salgueiro, afirmando que os Deputados do PSD vão para o terreno para acompanhar os assuntos, e da Deputada Helena Pinto porque se opõe sempre frontalmente ao PSD e porque usou um tom inquisitório com a Deputada Andreia Neto.



Comissão Parlamentar de Saúde

A Presidente fez um apelo à moderação na linguagem usada pelos Deputados, pedindo que se discuta a substância dos PJR.

A Deputada Helena Pinto lembrou que não está a proceder a uma avaliação das Misericórdias, que têm aspetos positivos e negativos, mas que é necessário usar de transparência quanto aos montantes pagos em rendas pelo Estado, questão que foi já por várias vezes colocada ao Ministro da Saúde, que nunca respondeu. Critica igualmente que a Câmara Municipal não tenha conhecimento deste processo.

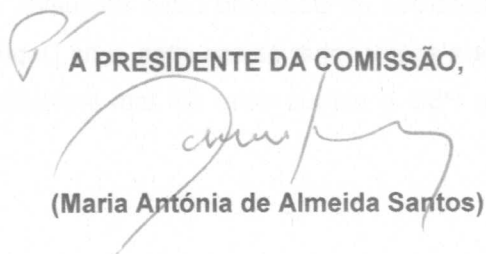
A Deputada Diana Ferreira reiterou que entende que os utentes perderão direitos, pois o Hospital de Santo Tirso ficou sem alguns serviços e irá despedir profissionais, como aconteceu no Hospital de Fafe, por isso se propõe a manutenção da gestão pública.

A Deputada Teresa Caeiro disse que esta discussão está a ser feita em tom exaltado, num clima de pré eleições, a Deputada Paula Santos suscitou a questão de nem o PSD nem o CDS-PP terem identificado as vantagens da transferência da gestão do hospital para a Misericórdia e a Deputada Helena Pinto solicitou que seja disponibilizado, tão breve quanto possível, o registo áudio desta discussão, para que fique claro quem usou de agressividade e um tom excessivo no debate.

4. Os Projetos de Resolução n.ºs 1384/XII (4.ª) BE e 1388/XII (4.ª) PCP foram objeto de discussão na Comissão de Saúde, em reunião de 1 de abril de 2015.

5. A informação relativa à discussão destes Projetos de Resolução será remetida à Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, 1 de abril de 2015


A PRESIDENTE DA COMISSÃO,
(Maria Antónia de Almeida Santos)